



# Arquivos & Educação

**Experiências e pesquisas  
brasileiras em diálogo**



**Ivana Denise Parrela  
Adriana Carvalho Koyama  
(organizadoras)**

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

## estudo de caso das experiências educativas realizadas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

**MANSUR, Gabriella Diniz**

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)  
Rua Itambé, 227, Bairro Floresta, Belo Horizonte – MG  
gabimansur@yahoo.com.br

### RESUMO

A educação está ligada ao processo de aquisição de conhecimentos. Este artigo segue essa linha e pensa nesse processo dentro dos arquivos públicos, que, além da guarda de documentos, ajudam a contar a história de uma cidade, estado ou país, construindo identidades. Esta pesquisa leva em consideração a importância de se ampliar dentro destas instituições arquivísticas o seu público, que, em regra, é constituído por pesquisadores. A educação patrimonial atua no sentido de envolver a rede escolar, a comunidade local e tantos outros cidadãos que desconhecem o principal papel de tais instituições públicas e sua representatividade perante a história e a sociedade. A educação patrimonial pode ser tratada como um instrumento de "alfabetização cultural", possibilitando ao indivíduo fazer a leitura do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. O estudo de caso deste artigo foi baseado na investigação realizada dentro do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), que é muito procurado por escolas com perfis de visita diferentes. O objetivo do artigo é analisar as experiências promovidas pela instituição, verificando sua aplicabilidade e observando como as políticas implantadas contribuem por meio de suas normas, estruturas, planejamentos e leis que regulamentam a educação patrimonial.

**Palavras-chave:** Arquivos públicos. Educação patrimonial. Ações educativas.

## Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a estrutura e a condução da educação patrimonial dentro dos arquivos públicos, tomando como parâmetro o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Para isso, pretende-se conceituar a educação patrimonial; analisar as leis que a regulamentam, mapeando as experiências em educação patrimonial promovidas no âmbito municipal; observar as estruturas para as visitas; e realizar uma pesquisa histórica no espaço investigado.

A educação patrimonial é um assunto debatido em várias instituições, como arquivos, museus e centros de memória. As visitas guiadas em espaços nos arquivos necessitam de maior intervenção educativa, pois, ao contrário do que acontece em museus, não há exposições, mas áreas de guarda de documentos históricos. A educação patrimonial dentro dos arquivos traz a possibilidade de se trabalhar com a história contada pelos diversos suportes documentais, fazendo a construção dos períodos históricos. O trabalho da educação patrimonial permite que o público entenda o papel das instituições de guarda, sejam municipais ou estaduais. Com a mediação, o público pode conhecer a história da cidade ou do estado por meio da documentação tutelada pela instituição, e compreender como os documentos são fontes importantes para a história. Daí a razão de trabalho de organização, preservação e guarda ser tão essencial.

## Patrimônio

Antes de apresentar o conceito de educação patrimonial, destaca-se que a concepção de patrimônio era associada a bens materiais. A partir do século XVIII, passou a ser entendida como os elementos protegidos e nomeados como bens culturais de uma nação, visando criar uma referência comum, uma identidade nacional (GRUNBERG, 2000[?], p. 1-5).

Em 1937, durante o Estado Novo, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que assim conceituava patrimônio:

Conjunto de bens móveis e imóveis [...] cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (RODRIGUES, 2001, p. 20 *apud* ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO, 2009, p. 37).

Segundo Zanon, Magalhães e Branco (2009), patrimônio é um elemento fundamental para a constituição de determinada identidade. Ele necessita de personagens, comemorações, monumentos, objetos e iconografias dentro da sociedade. A ideia de patrimônio vai se aproximando, desse modo, ao ato de memorizar, dando sentido ao que se quer lembrar.

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte, os arquivos e as bibliotecas.

Uma das correntes atuais situa o patrimônio em três grandes dimensões: natural, ou ecológico; histórico-artístico; e documental. Nota-se o esforço de preservar como patrimônio: o meio ambiente, os conjuntos urbanos, os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. Paralelamente há o esforço de preservar como patrimônio histórico: o patrimônio arquitetônico, arqueológico, documental, arquivístico, bibliográfico, iconográfico, oral, visual, museológico e todos os outros bens que documentam a História de uma sociedade.

## Educação patrimonial

O conceito de educação patrimonial é aqui abordado com apoio nas ideias apresentadas no *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz, autoras da primeira publicação do Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) sobre a educação patrimonial e das *Cartas Patrimoniais*, no entendimento do IPHAN sobre educação patrimonial e em contribuições de outros autores relativas a reflexões e experiências de trabalhos desenvolvidos na área.

As *Cartas Patrimoniais* são compromissos assinados por países ou instituições envolvendo normas, procedimentos, concepções e conceitos acordados pelos atores que orientam as ações de preservação. As principais *Cartas Patrimoniais* nacionais e internacionais até 1999 foram reunidas no livro de Isabelle Cury, cuja segunda edição foi publicada em 2004. A primeira referência à importância de ações educativas para a

preservação do patrimônio data de 1933, com a *Carta Patrimonial de Atenas*, da qual foi extraído o seguinte texto:

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos e toda a civilização (CURY, 2004, p. 17 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 15).

Até então, eram utilizados apenas os termos *ações* e *programas educativos*. Levou-se mais de sessenta anos para que o termo *educação patrimonial* fosse explicitado em um tratado internacional. Apenas em 1996 esta denominação aparece na *Carta Internacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS):

A equipe de pesquisa deverá buscar comprometer as comunidades e integrar os grupos nas intervenções, na medida em que este compromisso seja compatível com a proteção e a gestão. Quando possível à equipe de pesquisa deverá dar oportunidade para que o público desenvolva a experiência arqueológica através de treinamentos e educação patrimonial (OLIVEIRA, 2011, p. 82).

As *Cartas Patrimoniais* brasileiras possuem um enfoque escolar: em 1970, a *Carta de Brasília*; em 1971, a *Carta de Salvador*; e em 1977, a *Carta de Fortaleza*. Esta recomendava: “[...] que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir da experiência do IPHAN, considerando sua importância no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro” (CURY, 2004, p. 367 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 16).

O termo *educação patrimonial* foi introduzido no Brasil em 1983, no Museu Imperial. As primeiras experiências de educação patrimonial aconteceram em museus, espalhando-se depois para outras instituições.

Para Horta *et al.* (1999), a educação patrimonial envolve não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade e as famílias, contribuindo para a ampliação da visão do patrimônio cultural brasileiro.

O *Guia Básico* tornou-se referência para os trabalhos de educação patrimonial, despertando no universo educacional a importância do patrimônio cultural.

Esse guia apresenta os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da educação patrimonial, visando orientar professores, estudantes e técnicos de museus e do

patrimônio, na exploração e utilização dos bens culturais e do meio ambiente histórico em que estão inseridos como fonte direta de conhecimento e compreensão do passado e do presente.

Baseando em experiências concretas realizadas em diferentes contextos e locais do País, este manual demonstra como identificar, explorar e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, que pode estar no quintal da própria casa ou numa oficina artesanal no meio rural, e revela como esta metodologia pode se inserir nos programas curriculares do sistema educacional formal, contribuindo para sua abertura e enriquecimento.

Prescreve o mencionado documento:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Oliveira (2011), em sua monografia, explica que alguns pesquisadores do Núcleo de Educação Patrimonial (NEP) da Universidade Federal de Santa Maria passaram a contestar essa ideia do “Guia” em uma publicação, argumentando que a expressão *analfabetismo cultural* possui uma conotação errônea:

[...] nenhuma pessoa pode ser considerada “analfabeta cultural”, mas detentora de códigos de leitura do mundo que nem sempre estão em consonância com os saberes dominantes, sejam eles eruditos, o científico ou o formal.

Podemos estar correndo o sério risco de desprezar, dessa maneira, os conhecimentos socioculturais que cada ser humano tem em contato com outros seres e com o meio circundante. (SOARES; KLANT, 2010, p. 77-78 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 18).

A educação patrimonial teria por objetivo promover a maior identificação da comunidade com o patrimônio. A intenção é proporcionar à criança ou ao jovem que visita um espaço de guarda da memória, um fazer contínuo da sociedade tendo maior contato com a criação cultural, e adquirir os instrumentos para transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região e do seu país, podendo preservá-lo.

Oliveira (2011) aponta, ainda no âmbito de educação patrimonial, que o Brasil está ligado à concepção de educação de Paulo Freire (1921-1997). Ou seja, as ações educativas têm como propósito fortalecer a identidade e a liberdade do educando para o seu desenvolvimento.

Muitos autores consideram a educação patrimonial de suma importância para uma integração além dos muros da escola com o patrimônio, promovendo o diálogo entre as ações educativas e o campo do ensino da história na sala de aula.

## As legislações para a educação patrimonial

No campo das ações, a educação patrimonial começou a ser praticada no Brasil em 1980. Vamos analisar a participação do IPHAN, a partir de sua estrutura, e o desenvolvimento das leis, sendo que algumas perpassam por essa instituição.

O IPHAN é uma autarquia ligada ao Ministério da Cultura, a qual sempre atuou por meio de uma rede descentralizada ou de superintendências estaduais. A essas compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações no território estadual (OLIVEIRA, 2011).

Até 2000 o IPHAN não possuía um setor responsável pela educação patrimonial. Em 2004, foi realizada uma reforma na estrutura organizacional, por meio do Decreto 5.040/04, que criou uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos para discutir diretrizes teóricas (IPHAN, 2014).

Ocorreu um avanço com a criação do documento Ação Orçamentária 2826 – Educação Patrimonial em Áreas de Bens Tombados, que faz parte do Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural (2004 a 2011).

Houve a implementação de ações em parceria com as instituições educacionais nas três esferas de governo, envolvendo o treinamento e capacitação de educadores para a introdução da preservação dos bens culturais em sua dinâmica de trabalho cotidiano; a produção de material didático de apoio às atividades educativas (manuais, guias e cartazes); e a promoção de palestras, cursos, seminários, encontros, workshops e similares sobre o patrimônio cultural, principalmente em áreas de intervenções, dando informações sobre o andamento das obras em bens culturais.

Em 2009, foi feita outra alteração na estrutura do IPHAN:

Decreto 6.844, de 7 de maio de 2009 – vincula a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) ao recém criado Departamento de Articulação e Fomento – objetivo de promover, coordenar e avaliar a implementação de programas de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural.

Oliveira (2011) explica que após a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) a educação patrimonial começou a ser tratada como um trabalho transversal à proposta política para a construção, valorização e proteção do patrimônio cultural.

O Ceduc acredita que o papel do IPHAN é servir de mediador, facilitador e provocador de situações em ambientes de aprendizagem sobre o patrimônio. Porém, como destaca Oliveira (2011), ainda não há espaço institucional para essas ações, vistas por muitos como acessórias, e o IPHAN não possui força política necessária nem legitimidade para programar uma “Política Nacional de Educação Patrimonial”.

Existe, também, a dificuldade decorrente da grande falta de autonomia e de integração entre o IPHAN e as Superintendências Estaduais. Dessa maneira, os projetos e as ações de educação patrimonial são executados sem uma discussão. Mesmo assim, são sempre aprovados pelo Ceduc.

Em 2005, foi realizado o Encontro Nacional de Educação Patrimonial, em São Cristovão, Sergipe, com o objetivo de discutir e propor parâmetros nacionais para ações de educação patrimonial do IPHAN nas escolas, museus e sociedade.

Dentro os pontos, destacam-se:

[...] universalização sistematizada de critérios gerais, assim como o apoio técnico a ações pontuais e/ou projetos especiais que atendam a questões localizadas territorialmente.

[...] identificação de uma demanda social de orientação e normatização por parte do IPHAN nas ações de educação patrimonial.

[...] um grupo de trabalho no IPHAN para identificar e sugerir critérios de avaliação das ações de educação patrimonial. (RELATÓRIO 2008, p. 6-7 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 49).

As propostas no ambiente escolar podem também envolver as ações de educação patrimonial, por exemplo: uma discussão com o MEC sobre a inserção da educação patrimonial nas escolas, com capacitação dos professores do ensino fundamental; incentivo à educação patrimonial nos estados e municípios; levantamento de atores que desenvolvem ações de educação patrimonial; e criação de espaço de discussão do portal do IPHAN.

A educação vem passando por um processo de transformação por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cuja tarefa é incentivar e discutir novas práticas pedagógicas, sobretudo na educação patrimonial.

O PCN de História enfatiza que o trabalho que envolve as saídas da sala de aula ou, mesmo, da escola para visitar um museu é altamente instrutivo para o professor. Assim, ir a uma exposição de fotografias ou de obras de arte e conhecer um sítio arqueológico são

momentos geralmente lúdicos que representam oportunidades especiais para que todos se coloquem diante de situações diferentes, em atividades especiais de acesso a outros tipos de informação e de envolvimento com as vivências sociais mais amplas da sociedade e do conhecimento humano. Tais visitas são recursos didáticos favoráveis ao envolvimento dos alunos em situações de estudo, estimulando neles o interesse e a participação. Também, propiciam contatos diretos com documentos históricos, incentivando os estudantes a construir suas próprias observações, interrogações, especulações, indagações, explicações e sínteses para questões históricas (PCN, p. 90).

Desse modo, inicia-se o contato com o objeto deste artigo, pois quando se fala no âmbito dos PCNs de documentos históricos, remete-se, neste caso, aos Arquivos Públicos que o artigo se refere. A partir desse momento, vamos apresentar algumas das ações educativas dos arquivos, municipais e estaduais.

## **A educação patrimonial no caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), equipamento da Fundação Municipal de Cultura, é responsável pela gestão, recolhimento, preservação e acesso aos documentos dos órgãos do Legislativo e do Executivo municipais. Criado em 1991, no mesmo ano da Lei Nacional de Arquivos, o APCBH surgiu pautado no discurso de defesa da modernização das instituições arquivísticas no Brasil. Em seus 25 anos, expandiu sua atuação, estruturando seus departamentos, sobretudo o Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso (DPTPA), responsável pelas ações de educação patrimonial no Arquivo.

O APCBH, desde seus primeiros anos, deparou-se com a necessidade de criar ações voltadas para o público escolar, tendo como base as experiências desenvolvidas em arquivos franceses. Não havia inicialmente uma estruturação dessas visitas, como comentam Ribeiro e Torre (2012), pois faltava um referencial que orientasse as práticas educativas. Até então as ações educativas em relação ao patrimônio estavam ligadas ao ensino de história, como o ensino da história de Belo Horizonte, por meio da documentação do APCBH. As ações educativas nas instituições de memória são recorrentes. As chamadas “visitas guiadas” são realizadas há décadas em museus. Em se tratando de arquivos, ao que se sabe, esses espaços não possuem infraestrutura voltada para a realização de visitas guiadas e mediadas.

A partir de 1996, as visitas ao arquivo começaram a se dividir em: visitas técnicas voltadas para cursos de universidades e alunos de cursos profissionalizantes; e visitas monitoradas, voltadas para todos os alunos dos ciclos iniciais da educação.

Ivana Parrela (2014), ex-diretora do APCBH, conta que as visitas eram agendadas pelos professores interessados em conhecer a instituição. O problema é que os técnicos não sabiam qual era o interesse exato do professor: ter aulas de história fora do espaço escolar ou conhecer o trabalho arquivístico e os acervos sob custódia do arquivo. Isso dificultava o alinhamento entre as expectativas dos docentes com a proposta da instituição.

No intuito de qualificar as visitas e o trabalho educativo, o APCBH lançou em 2003 um vídeo institucional com duração de onze minutos voltado para o público escolar. A peça audiovisual, realizada em parceria com a Associação Cultural do Arquivo Público de Belo Horizonte (ACAP-BH), contou com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e com o patrocínio da iniciativa privada.

A produção apresenta uma narrativa que se desenvolve por meio da experiência do personagem central, uma criança chamada Davi. A partir de uma solicitação da professora para um trabalho escolar de pesquisa de documentos sobre a história da cidade, inicia-se o debate sobre a importância do arquivo tanto na vida pessoal da criança quanto no cotidiano da cidade (RIBEIRO; TORRE, 2012).

Ribeiro e Torre (2012) apontam que após o vídeo o APCBH aproximou-se de outras experiências desenvolvidas no campo do patrimônio. Ao apropriar-se de conceitos da educação patrimonial, abriu uma nova possibilidade de atuação educacional, criando uma alternativa para a utilização dos documentos a serviço do ensino de história.

O vídeo foi distribuído para praticamente todas as escolas da cidade. A proposta foi reconhecida no ano seguinte pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN, tendo recebido o prêmio “Rodrigo Melo Franco de Andrade” como a melhor ação de educação patrimonial.

Michelle Torre (2013) considera que a educação patrimonial tem sido concebida como um processo de formação de mão-dupla: de um lado, o público, que se beneficia da aproximação da memória da cidade constituída pelo acervo do Arquivo na produção de sua identidade; de outro, a própria instituição, que se aproxima dos cidadãos e, ao reconhecer suas necessidades, pode reorientar suas formas de gestão e de ação social.

Conhecer o APCBH é uma demanda grande e constante, advinda de um público composto por estudantes de diversos segmentos: graduação, cursos técnicos e educação básica, sendo este último o que compõe maior volume de visitantes. Em especial, os estudantes de 9 a 12 anos, visto que com essa faixa etária costuma-se trabalhar os

conteúdos relativos à história Belo Horizonte, seus bairros e as instituições de memória que atendem à cidade.

Torre (2013, p. 112) comenta que muitos estudantes se sentiam frustrados por irem ao Arquivo e não se depararem com uma exposição, tendo que ouvir pessoas falarem sobre as atividades realizadas por um lugar que parecia distante de suas vidas. O momento mais interessante da visita era quando os alunos conseguiam estabelecer um reconhecimento de pertencimento a um lugar, com as atividades das fotografias de Belo Horizonte.

Com o projeto *Arquivo 20 anos*, uma ação de comemoração e reflexão sobre a trajetória da instituição nas últimas duas décadas, ocorreram várias iniciativas para a reorganização do APCBH, dentre elas a reformulação das visitas, por meio de um apoio financeiro. As reuniões para a estruturação dessas visitas foram realizadas em 2011, sendo o novo modelo apresentado em 2012. A comissão era composta por Raphael Rajão e Michelle Torre, ambos historiadores e funcionários do APCBH, e Miriam Hermeto, historiadora e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. O projeto contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) nessa reestruturação da visita.

O conceito que embasa o projeto – “É importante? Vamos preservar!” – sintetiza o que pretendia ser o objetivo geral das visitas no conjunto das ações educativas do APCBH. A partir da concepção de educação patrimonial como processo, atribuiu-se à visita um sentido de etapa na formação do cidadão. Assim é que a visita monitorada passou a ser tomada como meio de sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação e valorização do patrimônio documental.

Torre (2013, p. 114) destaca a importância da desconstrução da ideia de que arquivar é guardar, no sentido de vigiar, restringir o acesso. Na visita, trabalha-se o conceito de que arquivar é guardar, no sentido de preservar, o que implica atribuir sentido de ordem aos documentos e conservar sua integridade física, garantindo assim o acesso.

Tais opções teórico-metodológicas levaram à construção de uma interpretação do Arquivo como um lugar próximo da vida dos alunos. Eles podem compreender que, assim como o Arquivo preserva documentos, considerados importantes para a história e a identidade da cidade, como sujeitos e cidadãos devem preservar seus documentos privados, que contam a sua história e dizem de sua identidade (RAJÃO; TORRE, 2012).

Os técnicos do APCBH produziram várias cartilhas e publicações para os professores e os alunos, para o desenvolvimento de atividades sobre documentos do APCBH sobre a história da cidade e/ou do bairro.

Investindo no público escolar, o APCBH, entre 1995 e 1997, lançou dois kits pedagógicos com reproduções fotográficas: “BH – Imagem e Memória” e “Monumentos de uma capital centenária”.

Em 2007, optou-se por uma cartilha voltada mais para o professor, “Arquivo Público da Cidade: informação e memória”, que descrevia a instituição, suas funções, estrutura e acervo, além de oferecer sugestões para os usos dos documentos em sala de aula.

A “Coleção História de Bairros”, lançada em 2008, continha nove cadernos, para tratar de cada regional da cidade, além de mais um livro para orientação do professor. Com fichas básicas de cada bairro, atividades pedagógicas, linhas do tempo e mapas, era distribuída gratuitamente para todas as escolas de ensino fundamental.

Em 2013, o APCBH, lançou a publicação, “Educação para o patrimônio cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores”, com os benefícios da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado e patrocínio da iniciativa privada. A equipe se propôs a discutir as metodologias de educação patrimonial adotadas em algumas instituições da Fundação Municipal de Cultura e a refletir sobre a cidade e as possibilidades de sua apropriação nos processos educacionais (TORRE, 2013, p. 6).

A visita monitorada começa a ser mediada pela equipe de historiadores do espaço em 2011, a partir de roteiro previamente elaborado e sob demandas específicas de cada professor. A escolha de condução dos mediadores deve-se ao fato de eles conhecerem as políticas específicas da instituição, tendo condições teórico-metodológicas de informar aos alunos sobre as questões da visita. Para que os técnicos encarregados de mediar a visita tivessem condições de estabelecer relações entre a proposta institucional e as reflexões que os alunos vinham realizando no processo de educação escolar, solicitava-se que, ao agendar a visita monitorada, o professor enviasse à instituição algumas informações sobre seu projeto educativo.

A sala de visitas também foi reformulada para melhor atender os alunos, com mobiliário novo e ar-condicionado. Lá, assistiam ao vídeo e a uma apresentação sobre a instituição que a relacionava ao cotidiano do aluno. Após, realiza-se uma atividade lúdica relacionada à leitura documental e à construção da história, por meio de fontes documentais. Os alunos iam para a mesa de conservação, onde recebiam noções básicas de conservação de documentos, que poderiam realizar em casa com seus documentos pessoais. O roteiro terminava com uma visita às áreas de guarda da instituição, onde eles tinham a oportunidade de ver como os documentos ficavam acondicionados.

Nas experiências educativas da visita monitorada, o caminho permitia uma riqueza de conhecimentos. Os visitantes eram interrogados por quatro painéis instalados em lugares

considerados estratégicos, contendo ilustrações e frases curtas. Todos os painéis eram plotagens de grandes dimensões, com fundos de cores fortes, que hoje representam o educativo do APCBH.

**FIGURA 1 - Painéis de identificação do roteiro para as visitas monitoradas**

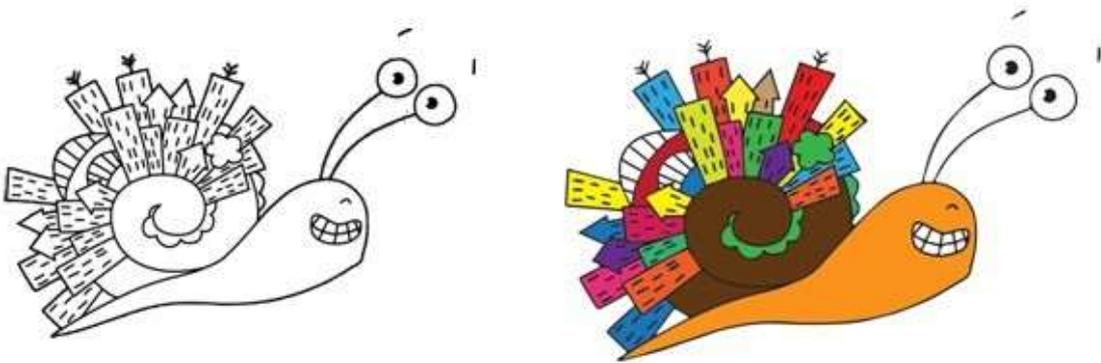


Fonte: Arquivo Educativo do APCBH

Cada uma delas continham textos (interrogações e exclamações) que visavam provocar os alunos a refletirem sobre o tema abordado a seguir e/ou espaço visitado. Na sala de projeção, onde se fazia a apresentação institucional e se exibia um trabalho pedagógico com documentos arquivísticos, as plotagens na parede ao fundo propunham o questionamento: “Arquivo!? Que Arquivo?”. Na mesa sala de Conservação, onde eram apresentadas noções básicas de preservação documental, havia um conjunto de ilustrações de objetos usados em procedimentos técnicos junto com o texto que traduzia o conceito básico do projeto: “É importante? Vamos preservar!”. No alto da escada que conduz aos depósitos de documento, a última parte da visita, questionava-se: “E aí? Onde estão os documentos?”. Finalmente, entre o depósito de documentos não arranjados e os depósitos de documentos arranjados, uma última provocação: “Vale a pena arrumar essa bagunça?”. Os painéis instigavam a curiosidade e a reflexão sobre os princípios teórico-metodológicos da visita monitorada, a partir de elementos gráficos e textuais próximos do universo infantojuvenil.

O elemento que todos os painéis tinham em comum era o mascote do APCBH, criado para o projeto: um caracol, cuja concha era uma cidade, uma metáfora da estreita relação entre os sujeitos históricos e o lugar onde vivem, de como ambos se definem mutuamente e devem zelar um pelo outro, conforme afirmam Rajão e Torre (2012, p. 85-86). Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a instituição abriu uma votação para escolher o nome da mascote. Entre os finalistas estavam Arquivaldo e o vencedor, Beloricol.

**FIGURA 2 - Mascote das visitas monitoradas do APCBH: Beloricol**



Fonte: Arquivo Educativo do APCBH

Havia na sala de visita uma plotagem do mapa de Belo Horizonte com a divisão da cidade em nove regionais, que permitia aos alunos não apenas se localizarem geograficamente no território urbano, identificando sua regional de origem, como também identificar outros lugares mencionados em documentos arquivísticos que poderiam ser observados durante a visita. O mapa tinha o intuito de levar os alunos a conhecerem o território da cidade em que moravam.

Visando construir com os estudantes a noção de documento arquivístico, levando-os a refletir sobre os documentos do cotidiano e reconhecer os tipos documentais básicos do acervo do APCBH, propunha-se que os estudantes manusear fac-símiles<sup>1</sup> de documentos durante a visita monitorada. Para tanto, eram selecionados alguns documentos de leitura que contendo informações, com os quais os visitantes poderiam interagir mais diretamente, a partir de diferentes suportes, como: levantamentos aerofotogramétricos (imagens aéreas), documentos fotográficos (positivos e negativos), documentos audiovisuais (fitas VHS e fita

<sup>1</sup> Do latim fac-símile. Reprodução fotomecânica de texto manuscrito, mecanografado ou impresso, dá-se a designação genérica de reprodução – FAC-SÍMILE. In: **Dicionário Aurélio**, 2. ed. 1995, Editora Nova Fronteira, p. 751.

cassete), documentos eletrônicos (CDs e disquetes), projetos arquitetônicos, revistas, cartazes e jornais do ônibus.

Os fac-símiles eram divididos em caixas usadas no arquivo, cada uma montada com documentos diversos e contendo pelo menos um documento com informações específicas sobre a regional de origem da escola em visita. Cada grupo de alunos recebia uma caixa e tinha que manusear o conteúdo durante alguns minutos observando. Em seguida, o monitor da visita conduzia o jogo com a turma, solicitando que os grupos procurassem identificar os tipos documentais que compunham a sua caixa, a partir da leitura que ele fazia de dicas sobre as características básicas de cada um deles. O jogo não era competitivo, apenas objetivava que os alunos interagissem com os documentos. Além de conhecer os tipos de suportes documentais presentes em um arquivo, o estudante poderia perceber como os documentos eram acondicionados.

No final da visita, os alunos recebiam o kit pedagógico de conservação, que possuía uma série de materiais próprios dos procedimentos da arquivologia.

A função básica era oferecer aos estudantes instrumentos para a conservação de documentos no cotidiano (clipes de plástico, cadarço de algodão, elementos para a produção de sachês de conservação, máscaras, luvas, lápis de ponta macia, borracha branca, tiras de papel japonês e cravo da Índia junto com pimenta do reino), com soluções próximas às utilizadas na conservação e restauração que se realizava no espaço arquivístico.

**FIGURA 3 - Kit pedagógico de conservação**



Fonte: Arquivo Educativo do APCBH

Na concepção de Michelle Torre (2013), espera-se com essas ações educativas aproximar os alunos da instituição de memória e patrimônio, bem como fazê-los refletir sobre que documentos eles produzem e consideram importantes para a construção e preservação de sua identidade.

Junto com outras ações educativas, o APCBH participa desde 2011 do projeto “Circuito de Museus”, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Programa “BH para as crianças”. O projeto se divide em sete circuitos: Arquitetônico da Pampulha, o circuito Artes Plásticas, Ciências e Tecnologias, Galerias, História de Mulheres, História de Belo Horizonte e do Território Negro.

O APCBH integra o Circuito História de Belo Horizonte, juntamente com o Museu Histórico Abílio Barreto e o Memorial Minas Gerais Vale. Ao final do semestre, os alunos que participam do circuito realizam uma mostra de trabalhos desenvolvidos com base nas visitas às instituições.

Nos primeiros quatro anos do Circuito, o APCBH recebeu as visitas monitoradas de manhã e da tarde de alunos do segundo ciclo do fundamental I e do fundamental II, trazendo um grande fluxo para o educativo. A partir, de 2015 a pedido da SMED, que recebeu um número razoável de projetos de professores do Ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a instituição começou a fazer visitas noturnas. Em 2016, começou a receber também alunos do 1º ciclo do fundamental I e das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs).

A visita era pensada para cada público interessado em conhecer a instituição, tratando o mesmo assunto com uma linguagem própria à idade dos visitantes.

Em 2014, em parceria com o Centro Universitário Estácio de Sá, o Arquivo começou a receber estudantes de história, que iam à instituição conhecer o papel e as funções realizadas na instituição. Desenvolviam, também, pesquisas com os documentos que estavam ali sob sua guarda. A partir 2015, alunas do curso de pedagogia começaram a integrar o projeto.

Houve também uma crescente procura das instituições profissionalizantes em visitar o Arquivo. Os alunos desejavam conhecer, além dos documentos históricos, um pouco do trabalho arquivístico. Eles, que começavam a se inserir no mercado de trabalho, queriam obter algum conhecimento sobre gestão e organização de documentos dentro de um escritório ou empresa.

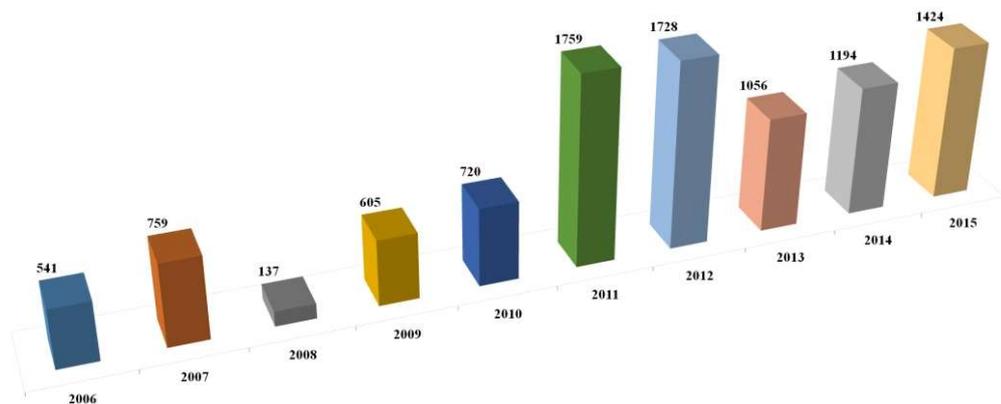
O APCBH, em 2016 recebeu muitas escolas da rede particular interessadas em aprender sobre os documentos históricos e em conhecer as atividades exercidas na instituição, tendo um primeiro contato com o riquíssimo acervo nele preservado. Foi assim

que a visita do terceiro ano do Ensino Fundamental do Colégio Santo Agostinho pôde entender como é feito o estudo da história.

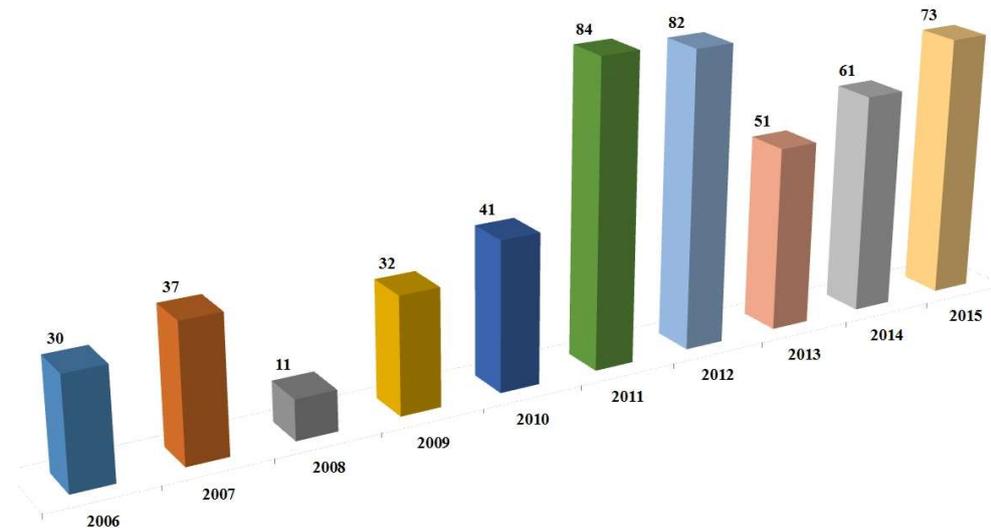
De acordo com as professoras do colégio, foi um momento muito rico e prazeroso. A atividade é um trabalho de reconhecimento e compreensão da importância da história e da memória local, em que os alunos aprendem a valorizar e preservar o patrimônio documental para as novas gerações.

Os gráficos a seguir representam o crescimento da quantidade de alunos e de escolas recebidos pelo Arquivo, por ano, entre 2006 e 2015. Os dados foram coletados a partir da lista de presença que os alunos assinam no dia da visita, lembrando que foi a partir de 2011 que o Arquivo começou a fazer parte do projeto Circuito de Museus.

**GRÁFICO 1 - Visitas: quantidade de alunos**



Fonte: Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso.

**GRÁFICO 2 - Visitas: quantidade de escolas**

Fonte: Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso.

## Conclusão

A instituição pesquisada apresenta política e ações educativas já estruturadas, assim como um educativo já preparado, visitas com roteiros esquematizados, projetos na área e publicações.

Há um debate amplo no campo da educação patrimonial nos arquivos. Muitos autores trabalham com diversas linhas de pensamento para significar o campo e as metodologias que devem ser utilizadas. Parrela ressalta: “Os trabalhos educativos nos arquivos têm que ser contínuos e reconhecidos como uma exigência de difusão dos Arquivos” (ALBERCH, 2001 *apud* PARRELA, 2013, p. 132).

Educar patrimonialmente significa preparar, qualificar e sensibilizar aqueles que estão diretamente envolvidos na lida cotidiana dos espaços arquivísticos, trazendo-os para a cena e permitindo que as ações sejam mais que visitas guiadas. Além disso, os roteiros devem ser pensados sempre levando em consideração a preservação e a integridade da documentação. Mas o acesso a esse bem público, que são as instituições arquivísticas, nunca deve ser restrito.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 09 abr. de 2015.

CHAVES, Elisgardenia Oliveira. Educação patrimonial e ensino da História: potenciais do uso de documentação arquivística. **História & Ensino**, Londrina, v.19, n. 2, p. 59-85, 2013.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do CEOM**, v.14, n.2. jun. 2000. Disponível em: <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4\\_tutores/estudos\\_sociais/materiais/educacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 09 jun. de 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Educação Patrimonial**. (Boletim Educação Patrimonial. TV Escola: Salto para o futuro). 2003. p. 5-11. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/110335EducacaoPatrimonial.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN/ DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no IPHAN**. 2011. 131 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília – DF, 2011.

PARRELA, Ivana Denise. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF. v.42, n.1, p.124-133, 2013.

RAJÃO, Raphael; TORRE, Michelle Márcia Cobra. **Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas**. Ações Educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Rio de Janeiro. 2012. p. 67-88.

TORRE, Michelle Márcia Cobra. Do cotidiano do aluno à história da cidade: as visitas monitoradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: ENCONTRO DE

PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG, 2., 2013, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013. p. 111-120.

TORRE, Michelle Márcia Cobra. **Michelle Márcia Cobra Torre**: Inédito. Belo Horizonte, 13 de maio de 2015. Entrevista Concedida a Gabriella Diniz Mansur.

ZANON, Elisa Roberta; MAGLHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. **Educação Patrimonial**: da teoria à prática. Londrina: Ed. UniFil, 2009. 108 p.